



Eixo 3 - Formação e identidade profissional

Modalidade: trabalho completo

Primeiros passos para a aplicação da *Resource, Description and Access* (RDA): relato de experiência da Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento de Informações da Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo

First steps towards the application of Resource, Description and Access (RDA): experience report of the Supervision of Collection Development and Information Processing of the Coordination of the Municipal Library System of São Paulo

Natalia Ramos Zambrano – Prefeitura Municipal de São Paulo

Pablo Marcos Derqui – Prefeitura Municipal de São Paulo

Roseli Akemi Sakamoto Kikkawa – Prefeitura Municipal de São Paulo

Wanda Moreira Martins Santos – Prefeitura Municipal de São Paulo

Claudio Roberto da Silva – Prefeitura Municipal de São Paulo

Resumo: Esse relato de experiência da Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento de Informações contextualiza sua relação com o Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo e estrutura-se em três objetivos: apresentar um breve diagnóstico sobre a origem da comissão de catalogação e dos procedimentos técnicos para catalogação do acervo das bibliotecas; explicar como os membros dessa comissão obtiveram formação teórica sobre a RDA e tomaram conhecimento de experiências práticas de implantação da norma; e apresentar as tomadas de decisão das reuniões da comissão sobre os campos de registro de autoridades e os dilemas ético-legais levantados com a chegada da RDA.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Catalogação. AACR2r. Formato MARC 21. RDA.

Abstract: This experience report from the Collections Development and Informations Processing Supervision contextualizes its relationship with the São Paulo Municipal Library System and is structured around three objectives: to present a brief diagnosis on the origin of the cataloging committee and the technical procedures for cataloging the libraries collection; to explain how the members of this committee received theoretical training on RDA and learned about practical experiences in the implementation of the



standard; and to present the decisions made in the committee' meetings regarding authority record fields and the ethical-legal dilemmas raised with the arrival of RDA.

Keywords: Public Libraries. Cataloguing. AACR2r. MARC 21 format. RDA.

1 INTRODUÇÃO

Como parte das considerações iniciais desse relato de experiência, é importante contextualizar a Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento de Informações (SCT). Ela é um órgão que compõe a Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB). Embora o nome “Coordenação” sugira se tratar de um departamento que administra todas as bibliotecas do sistema paulistano, na verdade, a CSMB é um departamento de um sistema maior que trabalha em conjunto com diferentes departamentos do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo. Esse sistema é gerido tanto pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) quanto pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Cada uma dessas secretarias possui suas próprias redes bibliotecárias e centros de informação.

Neste contexto, a SCT atua fazendo a conexão entre os representantes e equipes que compõem os Núcleos de Catalogação dos diferentes departamentos da Secretaria Municipal de Cultura, bem como do grupo de catalogadores da Secretaria Municipal de Educação. Com o objetivo de assegurar a padronização, consistência e acessibilidade dos dados em todas as redes de bibliotecas e centros de informação, SCT, por meio das reuniões da Comissão Especializada de Padronização do Tratamento da Informação, facilita a comunicação e a cooperação entre eles. O papel dessas reuniões é assegurar que trabalhem de forma harmoniosa e eficiente, observando práticas padronizadas de tratamento das informações que beneficiem o Sistema Municipal de Bibliotecas como um todo.

Essa estrutura colaborativa permite que os participantes dos Núcleos de Catalogação e do grupo de catalogadores das bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados da SME mantenham certa autonomia em suas atividades de tratamento da informação dos respectivos acervos, visto que o Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo (SMB) se estrutura por meio de uma rede complexa e diversificada, composta por múltiplas unidades que atendem uma vasta população com diferentes necessidades informacionais.



Feita essas considerações, esse relato de experiência da Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento de Informações está organizado em três etapas. A primeira consiste em um breve diagnóstico sobre a origem da Comissão Especializada de Padronização do Tratamento da Informação e a origem da instrumentalização técnica do atual Sistema Municipal de Bibliotecas. Na segunda, o foco recai sobre como se desenvolveu o processo de ensino-aprendizagem relacionado à norma *Resource Description and Access* (RDA) dos participantes da Comissão, descrevendo os processos de formação teórica e o conhecimento das experiências práticas de algumas instituições ao empregar essa norma. Por fim, a terceira e última etapa apresenta as tomadas de decisão sobre os campos de registro no banco de autoridades e os dilemas ético-legais levantados com a chegada da RDA.

2 A COMISSÃO ESPECIALIZADA DE PADRONIZAÇÃO DO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS/SMB: BREVE DIAGNÓSTICO DA ORIGEM E DA INSTRUMENTAÇÃO TÉCNICA

Diante das questões colocadas pelo avanço dos novos padrões de tratamento das informações, tornou-se iminente aos catalogadores do Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) a necessidade de atualização teórica e prática referente aos procedimentos técnicos. Nesse processo, é importante observar que no mesmo ano em que o Sistema foi criado - 2005 - o Joint Steering Committee (JSC) iniciou o desenvolvimento da norma *Resource Description and Access*/RDA em substituição ao AACR2 (Mey; Silveira, 2009, p. 90). A partir desse período, SMB também passava por mudanças que consolidaram o uso unificado de normas de catalogação e de classificação, e a adoção de um sistema informatizado de gerenciamento de acervos - compatível com os padrões AACR2 e o MARC21 - que integrou e automatizou diversas funções, entre as quais a de catalogação: o Sistema Alexandria (Benatti; Salgado, 2012).

Para se manter os mesmos procedimentos de catalogação, criou-se a Comissão Especializada de Padronização do Tratamento da Informação do Sistema Municipal de Bibliotecas, visto a amplitude de unidades que compõem SMB. Essa Comissão reuniu diferentes representantes, equipes e grupos de catalogadores, os quais periodicamente participam do que ficou denominado como “reunião dos Núcleos de Catalogação”, cuja



organização é feita pela Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento de Informações.

Alguns desses participantes já trabalhavam previamente à criação da referida Comissão, outros se agregaram posteriormente. Por esse motivo, é importante recuperar o processo que constitui o atual Sistema Municipal de Bibliotecas/SMB, para se compreender tanto a diversificação de representantes, equipes e grupo de catalogadores e o trabalho que realizam no tratamento técnico do acervo com o qual atuam, quanto a influência nas análises contemporâneas sobre a implantação da norma RDA.

Desde a abertura do acervo da biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo ao público, em 1925, a sua transferência já era uma ideia veiculada no *Jornal do Estado* em 1933. Numa entrevista realizada com Eurico de Góes, o então diretor expôs essa ideia de mudança para um edifício construído sob critério e orientação técnica - semelhante ao da biblioteca do Museu Britânico de Londres sob os planos do seu diretor Anthony Panizzi - para depois estabelecerem-se as sucursais nos bairros paulistanos (Góes, 1933, p. 4). Esse processo deu origem a Biblioteca Municipal (futura Biblioteca Mário de Andrade/BMA), à primeira Biblioteca Infantil do município inaugurada em 1936 (futura Biblioteca Infanto-juvenil Monteiro Lobato/BML), e a partir de 1947 à expansão das duas redes de bibliotecas de bairro para público adulto e para público infantil (unificadas em 2005 sob a gerência da Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas/CSMB com a criação do SMB).

Posteriormente, outros centros de informação de órgãos culturais do município, com histórias distintas, foram agregados à rede de biblioteca que deu origem à estrutura do Sistema Municipal de Bibliotecas/SMB, assim cabe destacar a existência de diferentes departamentos no período contemporâneo, parte sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura, sendo alguns deles compostos por uma única biblioteca, como nos casos da Biblioteca Mário de Andrade/BMA (com acervos diversificados), do Arquivo Histórico Municipal/AHM, do Departamento do Patrimônio Histórico/DPH e do Museu da Cidade, e alguns compostos por um conjunto de bibliotecas, como o Centro Cultural São Paulo/CCSP, a Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas/CSMB (que inclui a BML), e parte sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação, como as bibliotecas dos Centros de Educação Unificados/CEUs.



Tabela 1 – Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo

Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB)					
Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Núcleos de Catalogação	Nº de Catalogadores	Nº de Bibliotecas	Nº de Serviço de Extensão	Nº de Discotecas
Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	Arquivo Histórico Municipal (AHM)	01	01	-	-
	Biblioteca Mário de Andrade (BMA)	08	01	-	-
	Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato (BML)	02	01	-	-
	Centro Cultural da Cidade de São Paulo (CCSP)	10	03	-	01
	Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB)	13	54	30	-
	Departamento do Patrimônio Histórico (DPH)	01	01	-	-
	Museu da Cidade de São Paulo (MCSP)	01	01	-	-
Secretaria Municipal de Educação (SME)	Grupo dos Centros de Educação Unificados (CEUs)	04	58	-	-
Total		40	120	30	1

Fonte: Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação (SCT)

Sob esta estrutura do Sistema Municipal de Bibliotecas, a catalogação é descentralizada e cooperativa, permitindo que cada departamento catalogue seus materiais e contribuam para o catálogo coletivo (Souza; Mostafa, 1999, p. 128). Por conseguinte, a catalogação da Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas, que também é um departamento de SMB, está dividida em duas equipes: uma é formada pelo Núcleo de Catalogação da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato; a outro pelo Núcleo da Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento de Informações.¹

No que se refere à modernização dos procedimentos de tratamento técnico do acervo, com a criação do Departamento de Cultura em 1935, o qual teve Mário de Andrade como primeiro diretor, o modernista Rubens Borba de Moraes, à frente da recém-criada Divisão de Bibliotecas, substituiu Eurico de Góes como diretor da Biblioteca Pública Municipal e junto com Adelpha Figueiredo implementou pela prefeitura de São Paulo o curso de biblioteconomia.

Esse curso abarcou uma proposta de modernização relacionada à catalogação apoiada à época pela prefeitura de São Paulo. Em entrevista concedida ao jornal *O*

¹ Faz-se necessário esclarecer que a equipe da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato faz a catalogação do material que recebe como doação, enquanto que suas compras de acervo são catalogadas pela Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento das Informações. A equipe de SCT também se responsabiliza por catalogar as compras e doações das 53 bibliotecas de bairro, dos equipamentos do Serviços de Extensão em Leitura (Bosques e Pontos de Leitura, e do Ônibus da Cultura), e da Biblioteca Maria Firmina dos Reis, do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes (CFCCT), que é um órgão sob responsabilidade da Fundação Paulistana que é vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.



Estado de São Paulo, o prefeito Fábio Prado, em 1936, se refere à sua implementação e comenta que:

O bom funcionamento de uma biblioteca, quer dizer de uma biblioteca viva, aquela cujo conteúdo está facilmente à mão do estudioso, sem dificuldade de busca ou procura, depende em grande parte de uma boa catalogação, cientificamente feita (*In*: Calil; Penteado (Orgs.), 2015, p. 86)

Ainda à época em que Rubens Borba de Moraes foi diretor, Maria Luisa Monteiro da Cunha, então funcionária da Biblioteca Pública Municipal, acompanhou esse processo, tornando-se sua aluna no primeiro curso de biblioteconomia oferecido pela Fundação de Sociologia e Política, para depois se tornar professora de catalogação dessa instituição, e em 1961, já como chefe da Biblioteca Central da USP, participou como representante do Brasil da Conferência Internacional sobre Princípios da Catalogação, da qual resultou a Declaração dos Princípios de Paris (Macedo; Fujita, 1992).

O trabalho de Maria Luisa Monteiro da Cunha ressaltou a importância desses princípios internacionais nos processos catalográficos, uma vez que nessa conferência ocorreram propostas de reformulação dos códigos de catalogação nacionais que conduziram à publicação, em 1967, do Código de Catalogação Anglo-Americano/AACR (Modesto, 2020, p. 51). A primeira versão brasileira do AACR foi publicada em 1969, porém passou por revisões em 1978, dando origem ao AACR2, esta última traduzida pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB). Posteriormente, com a revisão da AACR2, surgiu a AACR2r (Mey; Silveira, 2009, p. 78).

A partir da última versão do código, revisada em 2002, são pautadas tanto as formações de bibliotecários que realizam o processamento técnico quanto às orientações presentes nos manuais elaborados para catalogação feitas para catalogadores do Sistema Municipal de Bibliotecas. Ainda que não sejam as fontes últimas de informação, o objetivo é estabelecer um conhecimento consistente das regras do AACR2r entre os bibliotecários de SMB. Porém, é preciso destacar que essa padronização dos procedimentos, que visa manter a consistência e normatização do banco de dados, também resulta de uma série de decisões técnico-políticas, sendo que em alguns casos as regras do AACR2r são adaptadas às necessidades e tomadas de decisão locais, as quais ocorrem desde a criação do Sistema Municipal de Bibliotecas em 2005.



Outro aspecto referente ao uso da AACR2r se refere à chegada da automação e da internet às bibliotecas do município. Esses fatores paulatinamente produziram a substituição da aplicação das regras deste código da ficha catalográfica para sua tradução aos campos e subcampos do formato padrão MARC21. Em 1982, teve início o gerenciamento dos acervos por meio de sistemas automatizados. O primeiro a ser utilizado foi o Dobis Libis (*Documentatie en Bibliotheeksystem / Library Information System*). Com a doação do Sistema Alexandria Online, em 2003, ocorreu a substituição do Dobis Libis (Salgado; Oliveira, 2012).

Atualmente o Sistema Alexandria automatizou e, entre suas diversas funções para bibliotecas, integrou o processamento técnico dos diferentes núcleos de catalogação. Porém, a automatização conservou características da AACR2r em MARC21. Nesse sentido, a depender do material, o catalogador seleciona um tipo quando faz o tratamento das informações na entrada do sistema. Pelo fato do Sistema Municipal de Bibliotecas ser composto por diferentes departamentos, com histórico de origem específicos, os acervos podem possuir materiais tanto de origem bibliográfica, quanto arquivística e museológica.

Originalmente, conforme o tipo de material do acervo, o Sistema Alexandria apresentava a seleção de quatro itens para a entrada no banco de dados: livros, audiovisuais, periódicos e “outros tipos de materiais”. Porém em 2016, os participantes da Comissão Especializada de Padronização do Tratamento de Informação foram convocados a avaliar seus acervos e a elaborar listagens que incluíssem outras possibilidades, distinguindo-se os tipos documentais e, evitando-se assim, o acúmulo de entradas colocadas no item “outros tipos de materiais”.

Exposto o percurso sobre a constituição do Sistema Municipal de Bibliotecas/SMB, assim como da Comissão Especializada de Padronização do Tratamento de Informação e o de sistematização de tratamento da informação dos respectivos acervos, a primeira etapa a vencer foi buscar suporte na fundamentação teórica e em experiências práticas noutras instituições que implantaram a RDA.

Ainda que haja flexibilidade para o processamento técnico feito pelos catalogadores de SMB, os primeiros passos da busca por formação em RDA foram dados pela equipe pertencente à Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas/CSMB. Composta por catalogadores da Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e



Tratamento das Informações/SCT, este núcleo, por fazer parte desse órgão, tem entre suas atribuições:

Gerenciar a normalização do processamento técnico de SMB face às necessidades de compatibilidade entre as diversas unidades que utilizam o mesmo banco de dados, com base em normas internacionais vigentes na área de Biblioteconomia (São Paulo, 2022, p. 6)

Pautado nessa diretriz, a equipe organizou-se para estabelecer os primeiros contatos com o estudo dos códigos, normas e modelos conceituais, para entender em que implicaria tal processo de mudanças para o processamento técnico e o banco de dados do Sistema Municipal de Bibliotecas e sistematizar, por fim, uma proposta inicial de trabalho em conjunto com os outros participantes da Comissão Especializada de Padronização do Tratamento de Informação.

3 EM BUSCA DA FORMAÇÃO TEÓRICA E DAS EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS: O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM SOBRE A NORMA RDA

Feitas as considerações de ser a Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento das Informações a responsável por gerenciar a normatização do processamento técnico do Sistema Municipal de Bibliotecas da cidade de São Paulo, definiu-se como prioritária a necessidade de aperfeiçoamento dos catalogadores ligados a seu núcleo. Por esse motivo, para conhecer as transformações no tratamento de informação, aspecto que implicaria nas regras de catalogação dos seus acervos bibliográficos, começaram a participar de eventos de formação com o objetivo de se inteirar das novidades na área de Biblioteconomia e de conhecer as tendências da representação da informação com a RDA nas bibliotecas do Brasil e de outros países.

Tema emergente no contexto atual do domínio bibliográfico, a norma *Resource Description and Access/RDA* surgiu com a proposta de construção de um novo padrão para substituir o AACR2. Para compreender a RDA, seria necessário se desprender das regras do AACR2 e compreender a aplicação da norma RDA (Holanda; Lourenço, 2021, p. 870). Sua estrutura, em alinhamento com a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (2016), veio ao encontro de diferentes questões, entre as quais as que abarcavam a diversidade de materiais sob guarda do Sistema Municipal de Bibliotecas, uma vez que se tratava de uma norma destinada às necessidades de diversas



comunidades de informação, abrangendo acervos bibliográficos, museológicos e arquivísticos.

O “I Encontro de RDA no Brasil” iniciou a trajetória de formação sobre RDA de alguns dos membros da equipe de catalogadores da Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas e dos CEUs. Promovido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 2019, o evento proporcionou contato com pesquisas e relatos de experiências da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação dedicadas ao tema. Nele, foram abordados assuntos da RDA relacionados a aspectos teóricos, técnicos e tecnológicos da catalogação.

No ano seguinte, em continuidade a esse processo formativo, mais alguns participaram como alunos especiais da disciplina de graduação “Representação Descritiva II”, oferecida pelo departamento de Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Esse curso, ministrado pelo professor Fernando Modesto, possibilitou a alunos egressos do curso de biblioteconomia uma atualização sobre diferentes temas ligados à representação descritiva (entre os quais estavam a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, códigos, normas e modelos conceituais, Formato MARC21, BIBFRAME etc). Não restringiu-se à abordagem teórica, mas, por meio de exercícios práticos, promoveu a elaboração de planilhas codificadas a partir do AACR2r e da RDA, tanto em formato MARC bibliográfico quanto em MARC Autoridade. Particularmente interessante, a execução dessas atividades levou os alunos egressos do Núcleo de Catalogação de CSMB a desenvolver dois exercícios práticos: o de revisão e de aplicação das regras do AACR2r; e o de introdução, mapeamento dos princípios e diretrizes da RDA e da aplicação de seus elementos ao formato MARC 21.

Posteriormente, em agosto de 2021, todos os catalogadores da equipe da Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento das Informações são envolvidos na formação sobre RDA, e são convidados alguns da Biblioteca Mário de Andrade e do grupo pertencente aos CEUs. Nesta etapa, tem início uma nova fase de aperfeiçoamento por meio da contratação da Primasoft Informatização. O processo de estudos sobre a RDA, conduzido pela professora Liliana Giusti Serra, propiciou aos participantes o tratamento de conceitos relativos à indexação dos assuntos, à catalogação e à representação do conteúdo dos materiais bibliográficos. Houve ainda a



realização de exercícios, com resolução de dúvidas sobre as alterações das normas com a adoção da RDA. Nesse sentido, a formação proporcionou a troca de experiências sobre o tratamento da informação dos acervos das bibliotecas.

Pelo fato da transição do AACR2r para a RDA ter como premissa sua substituição, a abordagem sistemática dada pela formação esclareceu pontos como a sua flexibilidade. Nesse sentido, entende-se que o AACR2r pode ser compreendido como um código que possui um conjunto de regras que deve ser seguido enquanto a RDA atuaria mais como um conjunto de diretrizes para catalogação de recursos informacionais, propondo “instruções e indicações flexíveis, que podem ser também consideradas como rascunhos de planos delineados a depender da instituição que a está utilizando” (Cavalheiro; Arakaki, 2023).

Outro ponto refere-se ao fato de que a RDA permite a descrição não apenas do patrimônio cultural de origem bibliográfica, mas também arquivística e museológica. Esse aspecto torna-se interessante ao diagnóstico de outros documentos presentes no acervo do Sistema Municipal de Bibliotecas e de sua inclusão no banco de dados.

Há também a questão de que diferente do AACR2r, a nova norma não se organiza por tipo de material, uma vez que permite que cada obra seja vista em um contexto de inter-relação com outras obras e não mais isoladamente. Nesse sentido, fazer a implementação da RDA implicaria não apenas no aprendizado do conteúdo da norma, mas também na sua adequação ao sistema automatizado de gerenciamento de acervos de SMB (o Alexandria Online). Por ser formatado em MARC 21, haveria limites à representação descritiva da entidade bibliográfica “Manifestação”, visto que o formato MARC 21 não foi projetado originalmente para lidar com a estrutura de relacionamentos entre uma obra, suas expressões e manifestações.

Se num primeiro momento as formações foram realizadas em instituições externas, a partir de outubro de 2021 essas formações começaram a ser realizadas pela equipe de catalogação da CSMB. À época, a produção de webinários com conteúdo sobre estudos biblioteconômicos eram frequentes. Disponíveis na internet, eles possibilitaram o aprofundamento sobre debates vinculados ao uso da RDA. Como, por exemplo, a da importância da formalização das políticas de catalogação locais com o uso da norma (El-Sherbini, 2013).



Em conjunto com a RDA, a política de catalogação tornou-se o documento fundamental para o registro das tomadas de decisão do órgão e para orientar o catalogador no processo de tratamento da informação (Espíndola; Pereira, 2018). Nesse sentido, foram apresentados os debates sobre a origem e evolução dos “Princípios Internacionais de Catalogação”, sobre o papel da “Política de Catalogação” em diferentes Instituições e sobre a diferença entre “Políticas de Catalogação” e “Manuais de catalogação”.

Para a execução da proposta, foi criado um cronograma semanal de reuniões de estudos biblioteconômicos. Foram selecionadas vídeo conferências e leituras, as quais deveriam ser feitas e/ou vistas antes da data do encontro. Para cada reunião havia um mediador, responsável por elaborar questões sobre o conteúdo abordado, e um compilador que recebia as contribuições dos participantes para elaborar o documento final com apontamentos sobre os debates. Esse material era encaminhado para revisão da equipe e disponibilizado para consulta no Google Drive.

No caso do debate sobre a implantação da norma RDA, esse mesmo formato foi apresentado na reunião dos Núcleos de Catalogação. Pensado com procedimentos similares, ele pautou-se pela perspectiva de oferecer subsídios teóricos e de apresentar experiências práticas. A decisão por mostrar as experiências nas bibliotecas da PUC-RS e da Unicamp, tornou-se uma estratégia de apresentação do passo a passo e das tomadas de decisão ocorridas nessas instituições. Ainda que fossem bibliotecas diferentes, visto não se tratarem de bibliotecas públicas, ajudaram a refletir sobre a aplicação da RDA ao contexto de SMB.

Estes encontros culminaram na criação do Grupo de Trabalho denominado GT-RDA/SMB com vistas à transição do AACR2r para a RDA como nova norma de catalogação dos acervos do Sistema Municipal de Bibliotecas. Com a participação de todos os Núcleos de Catalogação e do grupo de catalogadores dos CEUs, as reuniões de estudos passaram a elaborar uma proposta coletiva, pautada em procedimentos e padrões de tratamento dos registros de autoridade e dos registros bibliográficos em RDA no formato MARC 21.

Após o conhecimento das experiências de implantação, alguns pontos se mostraram iminentes para a continuidade dos estudos no GT-RDA, como o da assinatura da RDA ToolKit em 2022. Devido a disponibilidade de recursos dessa ferramenta (entre



os quais a de acesso ao documento integral da RDA), a aquisição dessa assinatura possibilitou que os bibliotecários dos Núcleos de catalogação tivessem acesso às atualizações da área de catalogação.²

Ainda no que se refere à avaliação das experiências práticas apresentadas, levantou-se também a possibilidade de criação de um marco zero na catalogação, ideia ligada à definição de uma data limite dos registros feitos em AACR2, a partir da qual se daria início aos registros feitos em RDA, tomando-se como decisão a adoção de um banco de dados com registros bibliográficos híbridos (Teixeira *et al.*, 2017, p. 3)

Outro aspecto importante – ressaltado tanto nas experiências práticas quanto nas formações teóricas – foi a decisão do grupo de trabalho de iniciar a implementação da RDA pelo catálogo de autoridades, deixando o catálogo bibliográfico para uma segunda fase. Para esse processo, elaborou-se um roteiro de referência para o emprego da RDA e a inclusão dos novos campos do formato MARC 21. Os campos novos do MARC 21 de autoridades relacionados à RDA foram criados para acomodar as mudanças e novos elementos introduzidos por essa norma. A adoção da RDA, que substitui o AACR2r, exigiu a atualização dos formatos MARC para permitir a codificação de informações mais detalhadas e específicas sobre recursos e suas relações. Esse roteiro foi contextualizado às diretrizes seguidas pelo Sistema Municipal de Bibliotecas. Após essas definições, as próximas etapas do GT-RDA seriam avaliar a necessidade de introdução desses novos campos e, em seguida, apresentar a proposta de sua implantação para a equipe do sistema automatizado de gerenciamento do acervo do Sistema Municipal de Bibliotecas: o Alexandria Online.

4 DEFINIÇÃO DOS CAMPOS DE REGISTRO DO BANCO DE AUTORIDADES: TOMADAS DE DECISÃO E DILEMAS ÉTICO-LEGAIS

Não é novidade o fato de que para as futuras redes de bibliotecas públicas paulistanas a modernidade do conceito de catalogação já estava presente na proposta de 1936. À época, conforme entrevista do prefeito Fábio Prado, mencionada por Calil e

² Em 08 e 09 de novembro de 2022, a equipe de SCT organizou o seminário “Rumos da Catalogação” que abordou temas técnicos da biblioteconomia, sendo oferecido a profissionais tanto do Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) quanto àqueles que atuam em bibliotecas, Centros de Documentos e afins do Estado de São Paulo. Alguns dos temas abordados nas palestras com especialistas da área foram: RDA, Linked Data, Modelos Conceituais IFLA-LRM.



Penteado (2015, p. 86), a boa catalogação deveria facilitar a busca do usuário por informações. Com o desenvolvimento da catalogação, os processos técnicos de tratamento da informação foram sendo inovados, e com a chegada da RDA essa preocupação com o atendimento das necessidades de informação do usuário requalificou esse trabalho técnico, agora norteado pelos 13 Princípios Internacionais de Catalogação, os quais regem as decisões que os catalogadores devem adotar, sendo o interesse do usuário o principal deles.

Pautando-se nesses princípios, em março de 2022, os campos para registro de autoridade, elaborados a partir da norma RDA, foram apresentados para o GT-RDA/SMB. Para esse levantamento, utilizou-se a tradução da versão completa do Formato MARC 21 para Dados de Autoridade realizada pelo Grupo de Trabalho em Catalogação/ GT-CAT da FEBAB. A partir desse levantamento foram montados os templates com os campos, indicadores, subcampos, em formato MARC 21, com explicações que forneciam o maior detalhamento possível sobre como cada um deles e sobre como eles deveriam ser utilizados. Esse material, disponibilizado no Google Drive do GT-RDA/SMB, ficou acessível para que os participantes dos núcleos e grupo de catalogadores pudessem iniciar o trabalho de análise.

Durante esse processo, constatou-se que o Sistema Alexandria Online já possuía templates para “Nome Pessoal”, “Nome Corporativo” e para “Evento”, todos com os campos já determinados em formato MARC 21, e para os quais poderiam ser acrescentados os novos campos previstos com a aplicação da norma RDA. Como parte da análise do MARC Autoridade, realizou-se a separação dos campos por tipo de autoria, visto que em alguns casos as entradas de registros em certas situações deveriam ser avaliadas, pois o preenchimento poderia implicar em aspectos de natureza ético-legal.

Sob determinadas situações, se o preenchimento do campo 371 (endereço) quando aplicado para “Nome Corporativo” não levantava dúvidas sobre a necessidade do registro, quando aplicado à “Nome Pessoal”, esbarrava em questões de domínio privado como a de exposição do endereço particular de autores. Nesse sentido, tratava-se de analisar quais informações seriam consideradas para serem divulgadas no catálogo do Sistema Municipal de Bibliotecas.

Entre outras situações, há dados pessoais que não poderiam ser disponibilizados num catálogo público, merecendo atenção particular antes de serem coletados e



expostos. De acordo com a Lei nº 13.709, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), "o tratamento de dados pessoais tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade" (Brasil, 2018). Sob esse aspecto, merece especial atenção os dados apresentados como sensíveis e que podem se referir a informações, por exemplo, sobre a origem étnico-racial, religião, orientação sexual, identidade de gênero etc.

No caso de um catálogo de acesso público, refletir sobre o tratamento de informações de autoria para "Nomes Pessoais" implica em facilitar aos usuários identificar autores para que obtenham acesso às suas obras. No entanto, há casos em que o uso de determinados campos expõe informações que podem ser bibliograficamente irrelevantes para a desambiguação, ou até mesmo eticamente questionáveis (Guimarães; Pinho, 2007). Nesse sentido, as tomadas de decisão do GT-RDA/SMB passaram pela avaliação da necessidade de preenchimento ou não de determinados campos.

Com a elaboração dos templates, foram avaliados os novos campos para "Nome pessoal", "Nome Corporativo", "Evento", sendo criado um template novo para "Família". Neles também foi introduzida a orientação de haver campos de preenchimento obrigatório e de preenchimento não obrigatório. Esse critério gerou a possibilidade de se avaliar a necessidade do registro no casos de campos relacionados a pessoas, ainda que alguns já fizessem parte do sistema automatizado de gerenciamento do acervo.

Sob esse aspecto, estariam abrangidos campos já existentes como o campo 368 (outros atributos de pessoa ou entidade coletiva), que é utilizado no contexto da RDA para registrar atributos adicionais que ajudam a descrever e identificar entidades de forma mais precisa e completa. Por exemplo, pode-se incluir informações sobre a origem étnico-racial. Na RDA, há um foco maior na descrição detalhada e na representação das relações entre entidades, e o campo 368 contribui significativamente para esse objetivo. Além do novo campo 375 (Gênero), com orientação de não ser preenchido para preservação da privacidade do autor/autora. Sobre esse campo, recuperou-se o debate realizado pela bibliotecária Kelly J. Thompson sobre a exposição da identidade de gênero de uma pessoa sem haver sua autorização (Thompson, 2016),



uma vez que não caberia ao catalogador tornar essa informação disponível em bases de dados de acesso público.

Para outros campos aplicados a “Nome Pessoal”, como o campo 046 (datas codificadas), ligado à data do nascimento, à data da morte, ou, respectivamente associadas aos seus subcampos específicos (como o de intervalo de datas do período de atividade de uma pessoa), a sugestão seria de ser um campo de preenchimento não obrigatório. Porém, caso o autor não autorizasse a divulgação de datas como a do nascimento, orientava-se o preenchimento do campo 046 por se tratar de um campo não visualizado pelos usuários do catálogo.

No caso do campo 370 (lugar associado), que trata-se de município, estado ou país associado ao local de nascimento e/ou ao local de morte de uma pessoa, essa informação já era registrada no campo 670 (notas), não havendo obrigatoriedade do seu preenchimento. Do mesmo modo, o campo 373 (Grupo associado), referente a um grupo, ou instituição ao qual a pessoa é ou foi afiliada, o preenchimento ficaria como não obrigatório, visto que nem todos os autores estariam associados a algum grupo ou instituição. E o campo 377 (Idioma Associado), usado para registrar os idiomas associados à entidade descrita, também ficaria como não obrigatório.

Os campos novos definidos como de preenchimento obrigatório, foram o 372 (atividade), referente a área de especialidade da pessoa, na qual ela atuou, e o 374 (Ocupação), campo repetitivo, no qual se poderia acrescentar mais de uma profissão exercida pela pessoa.

O campo 378 (Forma completa do nome pessoal) não foi incluído no template de “Nome Pessoal” por ser considerado redundante, visto que essa informação já seria preenchida no subcampo “q” do campo “100”.

No tocante aos novos campos da RDA para “Nome Corporativo”, foram incluídos o campo 046 (datas especiais codificadas), para as datas de fundação e de encerramento de uma empresa, o campo 370 (lugar associado), referente a “uma localização relevante associada a uma entidade coletiva”, o campo 371 (endereço), o campo 372 (de atividade da empresa), com seu período inicial e seu período final, e o campo 377 (de idioma).

Para o template “Evento”, foram acrescentados o 370 (lugar associado a esse evento), o 372 (campo de atividade desse evento) e o 377 (idioma associado).



O único template criado foi o de “Família”, diferente dos demais que já possuíam formulários no Sistema Alexandria Online. Para este, foram incluídos os campos 046 (datas especiais codificadas), referente a uma data significativa associada à Família, o 370 (lugar associado), referente ao país associado àquela Família ou ao que ela reside, residiu ou tem alguma conexão, o 373 (grupo associado à Família), o 376 (Informação de Família), e o 377 (idioma associado à Família).

Para os campos que já faziam parte do sistema, houve avaliação da forma de preenchimento de suas informações. Este foi o caso do campo 670 (notas). Nele deveria haver apenas o registro das fontes em que foram encontradas as notas, porém apresentava também informações ligadas ao campo 675 (para fontes em que as notas não foram encontradas). Além de outras informações como o identificador *International Standard Name Identifier/ISNI* ou o *Virtual International Authority File/VIAF* (com o respectivo link). Esses indicadores poderiam ser registrados no campo 024. O registro dessas informações nos respectivos locais de preenchimento, já existentes no formato MARC 21 do Sistema Alexandria, foi avaliado como necessário à melhoria do processo de catalogação.

Sobre outros campos já existentes, houve referência ao 040 (para preenchimento da fonte catalogadora), porém com o acréscimo do subcampo “e” para registro da sigla “rda”. Bem como ao campo 100 (nome pessoal), para registro do nome do autor/autora no subcampo “a” (com atenção a associação do nome de família nesse cabeçalho), ao Campo 110 (Entidade Coletiva), ao campo 111 (Evento), aos campos 400 e 410 (remissivas ver), e aos campos 500 e 510 (remissivas ver também).

Os templates com as solicitações do GT-RDA/SMB foram compartilhados com a equipe responsável pelo sistema de automação e gerenciamento do banco de dados do Sistema Municipal de Bibliotecas (Alexandria Online). Posteriormente, ocorreram as reuniões de negociação, nas quais houve a análise dos campos novos em formato MARC 21 para registros dos dados de autoridade. Passada essa fase, a versão de homologação foi disponibilizada e apresentada aos participantes do GT-RDA/SMB.

No intuito de preservar a qualidade do trabalho da catalogação, a Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento das Informações/SCT, juntamente com os Núcleos ligados à Secretaria Municipal de Cultura e com o grupo de bibliotecários catalogadores dos Centros de Educação Unificados da Secretaria Municipal de



Educação, ao fazer esse percurso, caminharam no sentido de dar os primeiros passos para a aplicação da norma RDA.

5 AINDA NÃO É A CONCLUSÃO, MAS A PAUSA PARA REFLEXÕES DE UM PROCESSO EM ANDAMENTO

Estas linhas finais não se referem a uma conclusão em si, mas a um momento de pausa para se fazer alguns apontamentos sobre as ideias expostas neste texto. Entre as quais, a da importância de diagnóstico das experiências de trabalho de diversos bibliotecários que prepararam o caminho que precede a fase de implementação da RDA. Essa herança acumulada se expressa por meio da riqueza de materiais do acervo das bibliotecas e centros de informação municipais, assim como da sua organização. Outra evidência do passado, que continua presente nesses acervos, refere-se ao emprego das Regras de Catalogação Anglo-Americanas. A importância do trabalho com a AACR2r não pode ser negada em face do tratamento dos dados expostos no catálogo do Sistema Municipal de Bibliotecas. Sob esse aspecto, os catalogadores, com conhecimento da AACR2r, lidam na contemporaneidade com a herança de um passado contínuo, cuja evolução deu origem a *Resource, Description and Access*. Esse conhecimento, em conjunto com o dos modelos conceituais, facilitou o trabalho de aprendizado, assimilação e aplicação da RDA.

Ainda nessa pausa, outros apontamentos se referem ao processo de ensino-aprendizagem da norma RDA. A generosidade dos bibliotecários que compartilharam seu conhecimento (seja no exercício da docência, seja nos encontros acadêmicos presenciais, seja nas videoconferências disponibilizadas em plataformas da internet), tornaram possível o acesso tanto a fundamentação teórica das normas e códigos de catalogação e aos modelos conceituais, quanto a aplicação desses conhecimentos em situações práticas. Esse processo, dividido em etapas, inicialmente, envolveu a equipe de SCT da Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas na busca por informação especializada, em seguida essa equipe passou a fazer reuniões de estudos, as quais posteriormente envolveram os outros núcleos de catalogação e grupo de catalogadores, gerando um processo colaborativo de trocas que deram origem ao GT-RDA/SMB. Nessa etapa, as videoconferências com experiências de outras instituições (com prática de



implantação da norma RDA em formato MARC 21), ajudaram o Grupo de Trabalho em tomadas de decisão mais informadas.

Para encerrar esse momento de pausa, vale expor o debate sobre a inclusão dos campos novos que emergiram durante as conversas do GT-RDA/SMB. Esse debate ressalta a importância de se destacar que a utilização da RDA não pode se basear apenas em decisões técnicas, uma vez que existem outras variáveis que abrangem aspectos ético-legais. Campos que tratam dos dados considerados sensíveis, como o da identidade de gênero de uma pessoa, por exemplo, incorrem no risco de expor a privacidade do autor ou autora, exigindo assim uma avaliação criteriosa. No caso do catálogo da base de dados de autoridades, quando se refere ao template “Nome Pessoal”, uma das relações possíveis é a entre três pessoas: o catalogador, o usuário e o autor. Sob esse aspecto, do catalogador se exige habilidades técnicas e conhecimento especializado, além do compromisso ético, para que o usuário, que utiliza o catálogo, encontre, identifique, selecione e obtenha informações sobre autores e suas obras, e para que o autor, cuja obra é catalogada, tenha direito a uma representação justa de sua identidade e de sua produção intelectual.

Feito esses apontamentos, convém mencionar que outros passos de aplicação da *Resource, Description and Access* (RDA) estão sendo dados, assim o processo de estudos sobre a nova norma e de tomadas de decisão do GT-RDA/SMB continua caminhando nas reuniões chamadas pela Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento das Informações (SCT) da Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo.

REFERÊNCIAS

BENATTI, A.; SALGADO, D. M. Políticas de acervo, unificação técnica e informatização das bibliotecas públicas. *In: Bibliotecas Públicas: ações, processos e perspectivas*. São Paulo: Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo, 2012. p.22.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018.



CALIL, C. A.; PENTEADO, F. R. (Orgs). **Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura**. São Paulo: Imprensa oficial, 2015.

CAVALHEIRO, K. C. S.; ARAKAKI, F. A. Resource Description and Access (RDA): as diretrizes antes e depois do Projeto 3R. **Em questão**, v.29, e-129637, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.129637>. Acesso em: 21 set. 2024.

EL-SHERBINI, M. **RDA: strategies for implementation**. Chicago: ALA Editions, 2013.

ESPÍNDOLA, P. L.; PEREIRA, A. M. Proposta de um modelo para políticas institucionais de catalogação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 23, n. 1, p. 142-160, 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1400>. Acesso em: 21 set. 2024.

GÓES, E. de. Entrevista. **Jornal do Estado**, [S. l.], ano 11, n. 51, p. 4, 4 mar. 1933.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 19-39, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1p19>. Acesso em: 21 set. 2024.

HOLANDA, P. M. C.; LOURENÇO, C. de A. Narrativas sobre a RDA: impressões dos catalogadores da UFMG. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 866-886, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v14.n3.2021.38550>. Acesso em: 21 set. 2024.

MACEDO, N. D. de; FUJITA, M. S. L. . Vida e obra de Maria Luisa Monteiro da Cunha. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 25, p. 131-161, 1992.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Brique de Lemos, 2009.

MODESTO, J. F. RDA no Brasil e a tradição da Catalogação Brasileira. In: ASSUMPÇÃO, F. S.; PEREIRA, A. M.; TEXEIRA, M. V. **RDA: perspectivas teóricas e práticas no Brasil**. Florianópolis: UDESC/FAED, 2020. p. 38-72.

SALGADO, D. M.; OLIVEIRA, R. S. O Sistema Municipal de Bibliotecas da Cidade de São Paulo e o tratamento da informação: a busca por uma uniformização e padronização. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2012.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas. Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento das Informações. **Relatório de gestão da Supervisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento das Informações (SCT): 2017-2020**. São Paulo: SCT, 2022.

SOUZA, T. B. de; MOSTAFA, S. P. Catalogação cooperativa na rede Bibliodata/Calco: a questão repetitividade dos títulos no catálogo coletivo. **Transinformação**, Campinas, v.



11, n. 2, p. 127-134, maio/ago. 1999. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/10367/7740>. Acesso em: 21 set. 2024.

TEIXEIRA, M. V. *et al.* Implantação do código de catalogação Resource Description And Access (RDA) na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul (PUCRS). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. São Paulo: FEBAB, 2017.

THOMPSON, K. J. More than a name: A content analysis of name authority records for authors who self-identify as trans. **Library Resources & Technical Services**, v. 60, n. 3, p. 140-155, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/lrts.60n3.140>. Acesso em: 21 set. 2024.